

JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

*Volume 1, Número 2, Outubro de 2012*

## **Dossiê Primavera Árabe**

### **As Linguagens das Revoluções Árabes**

*Abdou Filali-Ansary*

### **Por que não há Democracias Árabes?**

*Larry Diamond*

### **A Transição na Tunísia e a Mútua Tolerância**

*Alfred Stepan*

---

## **Dossiê Sudeste Asiático**

### **Reforma Econômica e Autoritarismo no Vietnã, Laos e Camboja**

*Martin Gainsborough*

### **Estados Fortes e Democratização na Malásia e Singapura**

*Dan Slater*

**CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*  
*Sergio Fausto*  
*Diego Abente Brun*  
*Mirian Kornblith*

**CONSELHO ASSESSOR**

*Fernando Henrique Cardoso*  
*Antonio Mitre*  
*Larry Diamond*  
*Marc F. Plattner*  
*Simon Schwartzman*

**TRADUÇÃO**

*Elis Lavanholi*

**REVISÃO TÉCNICA**

*Rodrigo Brandão*

# Apresentação

Este segundo número do *Journal of Democracy em Português* traz dois conjuntos de artigos. O primeiro se refere às visíveis mudanças políticas no convulsionado mundo árabe. O segundo, às praticamente invisíveis perspectivas de mudança política em sólidos regimes não democráticos do Sudeste Asiático.

O interesse pela chamada “Primavera Árabe” quase dispensa justificação. Até dois anos atrás, quando protestos pró-democracia tomaram as praças de Túnis e do Cairo, ninguém acreditava que as longevas autocracias da Tunísia e do Egito estivessem perto do fim. Hoje a pergunta é se serão realmente democráticos os regimes que se estão erguendo naqueles dois países, bem como na Líbia. E se as mudanças que se iniciaram no Norte da África poderão alastrar-se pelo Oriente Médio.

Essas questões são abordadas, respectivamente, por Alfred Stepan, em “A Transição na Tunísia e a Mútua Tolerância”, e por Larry Diamond, em “Por que não há Democracias Árabes?”. Stepan é professor da Universidade de Columbia, em Nova York, e se destacou no estudo comparativo de transições para a democracia em países do Ocidente, entre eles o Brasil. Faz dez anos, suas atenções se voltaram para o mundo árabe. Desde então, Stepan sustenta o argumento de que a infreqüência de democracias no mundo árabe se explica menos pela existência de populações majoritariamente mulçumanas e mais pelas estruturas sociais e políticas associadas ao controle familiar-estatal sobre fontes abundantes de petróleo. O autor encontra na Tunísia, país de maioria mulçumana e pobre em petróleo, mais um exemplo a sustentar sua tese. No artigo aqui publicado, ele reconstrói a tessitura dos acordos que permitiram a deposição relativamente incruenta de Ben Ali e a transição pacífica

para a democracia. A narrativa é pontuada por referências a entrevistas por ele realizadas com líderes políticos da chamada “Revolução de Jasmim” ao longo de 2011.

Stepan identifica nos acordos políticos da transição tunisiana a formação do que ele chama de uma tolerância mútua. De um lado, a aceitação, por parte dos cidadãos religiosos, de que apenas as leis constitucionais - e não supostas leis divinas - podem limitar a liberdade de decisão dos chefes de governo e parlamentos democraticamente eleitos. De outro, a aceitação, por parte do Estado laico, de que os cidadãos religiosos têm o direito de se organizar e manifestar politicamente com base nos valores de suas crenças religiosas. Para o autor, o desenvolvimento da “mútua tolerância” seria indispensável à consolidação da democracia na Tunísia. Embora ainda em aberto, Stepan é otimista em relação a essa possibilidade. Otimismo que não se repete em relação ao Egito, por razões que o leitor encontrará no artigo.

Em “Por que não há Democracias Árabes?”, Larry Diamond segue a mesma trilha de Stepan e se aprofunda nas causas da inexistência de democracias em países árabes com grande produção e exportação de petróleo. Embora esse artigo tenha sido escrito em 2010, antes portanto do início da “Primavera Árabe”, decidimos incluí-lo porque os Petroestados árabes continuam incólumes às mudanças desencadeadas a partir da Tunísia e do Egito. Os países da Península Arábica, com a Arábia Saudita ao centro, constituem ainda uma fortaleza autoritária aparentemente inexpugnável. Se ampliarmos o mapa, surgirá o Iraque, onde a ditadura de Saddam Hussein já não mais existe. Mas ali se tratou de uma transição “at gun point”, no bojo de uma ocupação militar estrangeira, cujos desdobramentos políticos, aliás, são ainda muito incertos.

O terceiro artigo do dossiê sobre a “Primavera Árabe” – na verdade, o primeiro, por ordem de apresentação – difere dos anteriores por trafegar não no mundo das instituições políticas, mas, sim, da linguagem política. Abdou Filali-Ansary o escreveu para a confe-

rência “The Seymour Martin Lipset Lecture on Democracy in the World”, de 2012, ocasião em que anualmente o National Endowment for Democracy distingue destacados líderes políticos e intelectuais comprometidos com a democracia.

Em seu texto, Filali-Ansary faz uma fascinante incursão pelos sentidos nem sempre únicos de palavras e slogans empregados por líderes e militantes da “Primavera Árabe”. Para o autor, está em formação uma nova linguagem da política em países como o Egito e a Tunísia. Ela se alimentaria de duas vertentes distintas: a apropriação de conceitos e palavras da tradição política ocidental, como sociedade civil e direitos humanos, e a ressignificação de conceitos e palavras da tradição islâmica. A depender do contexto, exemplifica, um apelo ao retorno da *shari‘a* pode significar tanto o desejo de imposição legal generalizada de um código de conduta pessoal severo e discriminatório contra as mulheres como, alternativamente, a moralização da vida pública contra a corrupção e o abuso do poder. Filali-Ansary não desconhece o risco de que as revoluções árabes produzam regimes políticos fundamentalistas, embora seja otimista quanto às chances de que acabem por prevalecer fundamentos democráticos de legitimação do poder político. Seu artigo é, na verdade, um alerta contra “um secularismo de mente estreita”, incapaz, segundo o autor, de perceber a ressignificação de parte do léxico religioso por novas práticas e aspirações potencialmente democráticas nas sociedades árabes.

Passemos ao segundo conjunto de artigos deste número, referidos ao Sudeste Asiático. A região é uma peça cada vez mais importante do complexo quebra-cabeça geopolítico e geoeconômico do mundo atual. Isso se dá pela crescente integração dos países da região ao sistema produtivo organizado em torno da China e pela contraofensiva econômica e militar dos Estados Unidos para contrabalançar o peso do gigante chinês naquela parte do mundo. Além disso, o Sudeste Asiático frequenta o debate global sobre modelos de desenvolvimento, com prestígio ascendente depois do colapso do socialismo e da crise do chamado “Consenso de Washington”.

Ali, parece haver-se estruturado uma fórmula estável de crescimento econômico, progresso social e autoritarismo, em que o fortalecimento do primeiro e segundo termos da equação não resulta em enfraquecimento do terceiro, contrariando a crença de que o desenvolvimento econômico e social acarretaria inevitavelmente a liberalização política dos regimes autoritários. O mesmo se passa na China, em escala ampliada, onde reformas capitalistas graduais desencadearam um processo de crescimento econômico e mobilidade social ascendente sem paralelo na história, sem que isso tenha colocado em xeque o regime de partido único. Esse “modelo” (desenvolvimentista, autoritário e eficiente) encontra adeptos em outros lugares no mundo, em especial entre governantes africanos que buscam os benefícios do crescimento sem os riscos – sobretudo para eles – da liberalização política e econômica. Mesmo na América Latina há quem veja o “modelo” com bons olhos, como contraponto, quando não uma alternativa, aos modelos ocidentais de capitalismo liberal-democrático.

As semelhanças entre os países do Sudeste Asiático escondem, porém, realidades distintas, mesmo entre os que se desenvolvem sob regimes não democráticos. É dessas realidades distintas que tratam os artigos de Martin Gainsborough, sobre Vietnã, Camboja e Laos, e de Dan Slater, da Universidade de Chicago, sobre Malásia e Singapura.

O primeiro grupo de países foi palco de um dos mais prolongados conflitos do período da Guerra Fria, no qual se envolveram direta ou indiretamente Estados Unidos, União Soviética e China. Desses conflitos resultou a implantação de regimes comunistas a partir da segunda metade da década de 1970. Já Malásia e Singapura se mantiveram relativamente à margem da Guerra Fria porque suas elites locais, em aliança com os antigos colonizadores ingleses, conseguiram fazer frente aos movimentos sociais e sindicais de esquerda já na primeira etapa da vida política pós-colonial. Criaram-se ali ditaduras capitalistas amparadas por Estados com grande capacidade não apenas de reprimir opositores, mas também de orquestrar o crescimento econômico e distribuir a renda.

Nos últimos vinte anos, Vietnã, Laos e Camboja seguiram os passos da China, introduzindo reformas econômicas sem alterar o regime político, ao passo que Malásia e Singapura caminharam lentamente na direção de uma democracia com eleições mais disputadas, embora estejam ainda muito aquém de uma real alternância no poder. A existência de um Estado com alta capacidade de gestão da economia e da sociedade e de uma classe média ampla e interessada em conservar os ganhos obtidos sob o autoritarismo faz Slater prever uma transição estável de Malásia e Singapura em direção a regimes mais plenamente democráticos. Eles farão, acredita o autor, percurso semelhante ao realizado por Taiwan e Coreia do Sul a partir do final dos anos 80. Já Gainsborough é mais cético em relação a uma transição democrática no Vietnã, Laos e Camboja, países não apenas mais pobres que Malásia e Singapura, mas também com classes médias mais dependentes do Estado. Nos próximos anos, mudanças políticas mais significativas nesses três países só ocorreriam, na visão do autor, se provocadas por mudanças maiores na China.

Com um dossiê sobre a “Primavera Árabe” e outro sobre países não democráticos do Sudeste Asiático, este segundo número segue as pegadas do primeiro. Reafirmamos, assim, a linha editorial de oferecer ao público de língua portuguesa informação e análise de qualidade sobre processos políticos que estão moldando o mundo multipolar e ampliando o leque de desafios práticos e teóricos à organização democrática da vida social e política.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto  
*Diretores de Plataforma Democrática*

## Dossiê Primavera Árabe

# POR QUE NÃO HÁ DEMOCRACIAS ÁRABES?\*

*Larry Diamond*

**Larry Diamond** é pesquisador sênior do Instituto Hoover e do Instituto Freeman Spogli da Universidade de Stanford e diretor do Centro de Stanford para a Democracia, o Desenvolvimento e o Estado de Direito. Entre suas principais obras, está “*The Spirit of Democracy: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World*” (2008) (“*O Espírito da Democracia: A Luta para Construir Sociedades Livres pelo Mundo*”, em tradução livre). Ele é coeditor fundador do *Journal of Democracy*.

**D**urante a “terceira onda” de democratização, a democracia deixou de ser um fenômeno primordialmente ocidental e “tornou-se global”. Quando a terceira onda começou em 1974, havia apenas cerca de 40 democracias no mundo, sendo que poucas estavam fora do Ocidente. Quando o *Journal of Democracy* começou a ser publicado em 1990, existiam 76 democracias eleitorais (o que representava pouco menos da metade dos Estados independentes do mundo). Em 1995, esse número pulou para 117 – três em cada cinco Estados. Nessa época, havia uma massa crítica de democracias em todas as principais regiões do mundo, com exceção de uma – o Oriente Médio<sup>1</sup>. Além disso, cada um dos principais centros culturais do mundo tornou-se anfitrião de uma significativa presença democrática, embora novamente com uma única exceção – o mundo árabe<sup>2</sup>. Quinze anos depois, essa exceção ainda existe.

\*Publicado originalmente como “Why Are There No Arab Democracies?”, *Journal of Democracy*, Volume 21, Número 1, Janeiro de 2010 © 2010 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

A ausência contínua de um regime democrático no mundo árabe é uma anomalia notável – a principal exceção à globalização da democracia. Por que não há uma democracia árabe? De fato, por que, entre os 16 Estados árabes independentes do Oriente Médio e da costa da África do Norte, o Líbano é o único que *já* foi uma democracia?

A suposição mais comum sobre a ausência de uma democracia árabe é que isso está relacionado à religião ou à cultura. Afinal, o único aspecto que os países árabes compartilham é o fato de serem árabes. Eles falam a mesma língua (ou pelo menos compartilham a *lingua franca* do árabe clássico), e acredita-se que existam crenças culturais, estruturas e práticas mais ou menos comuns a todos os países da região. Além disso, eles compartilham a mesma religião predominante, o Islã – embora, no Líbano, historicamente, cerca de metade da população seja cristã (atualmente, esse número é inferior a isso) e outros locais, como o Egito, também possuam significativas minorias cristãs. Mas, como irei demonstrar, nem a cultura, nem a religião oferecem uma explicação convincente para a inexistência de uma democracia árabe. Talvez países como o Egito, a Jordânia, o Marrocos e o Iêmen não sejam democracias por ainda não serem economicamente desenvolvidos. No entanto, esse argumento não se sustenta quando se compara os níveis de desenvolvimento dos países árabes e não-árabes, como farei de modo resumido. Talvez os efeitos sociopolíticos perversos de ser um país tão abundante em reservas petroquímicas (a chamada maldição do petróleo) seja o motivo; mas como é que esses efeitos explicam a falta de democracia nos países que não são ricos em petróleo, como o Egito, a Jordânia, o Marrocos e a Tunísia?

Como explicarei, responder o enigma da ausência de democracia árabe envolve economia política, bem como geopolítica. E isso exige uma análise das estruturas políticas internas dos Estados árabes. Mas, primeiro, é necessário eliminar pressupostos incapazes de resistir ao teste das evidências.

## Religião e Cultura

Como Alfred Stepan e Graeme Robertson demonstraram nestas páginas, há uma grande “lacuna democrática” entre os países do mundo, mas trata-se de uma lacuna muito mais árabe do que “muçulmana”. Ao comparar os 16 países de maioria muçulmana que são predominantemente árabes com outros 29 países de maioria muçulmana, Stepan e Robertson encontraram entre esses últimos um número de países (incluindo Albânia, Bangladesh, Malásia, Senegal e Turquia) com registros significativos de concessão de direitos políticos democráticos aos seus cidadãos. Entre os países árabes, o único a se alinhar a essa descrição é o Líbano anterior à guerra civil que começou em 1975. Além disso, considerando-se o nível de direitos políticos que se poderia prever a partir do nível de renda per capita, eles encontraram diversos casos “com desempenho eleitoral acima da média” entre os Estados de maioria muçulmana que não são predominantemente árabes, e nenhum entre os estados árabes<sup>3</sup>.

Minha mais profunda e recente análise revela os seguintes pontos adicionais. Em primeiro lugar, se perguntarmos se regimes atendem ao teste mínimo de democracia eleitoral (eleições livres e justas para determinar quem governa), então há, hoje, oito Estados não-árabes de maioria muçulmana classificados pela Freedom House como democracias, e nenhum Estado árabe<sup>4</sup>. Em segundo lugar, há uma vasta “lacuna de liberdade” entre os Estados de maioria muçulmana árabes e não-árabes. No fim de 2008, os 16 Estados árabes do Oriente Médio registraram uma pontuação média entre as duas escalas da Freedom House de 5,53 (a pior possível é sete, que indica “menos livre”). Os outros 30 Estados de maioria muçulmana tiveram uma pontuação média de liberdade de 4,7<sup>5</sup>. A diferença entre dois grupos como esses de quase um ponto em uma escala de sete pontos é significativa. Além disso, enquanto 11 dos países não-árabes (cerca de um terço) estão no ponto médio (4) ou em uma colocação melhor do que essa na escala média da liberdade, entre

os Estados árabes apenas o Kuwait apresenta uma pontuação tão boa quanto essa.

E em relação à cultura, o que dizer? Pode-se argumentar, como o fez em 1992 o falecido historiador britânico Elie Kedourie, que não há “nada nas tradições políticas do mundo árabe – que são as tradições políticas do Islã – capaz de tornar familiares, ou mesmo inteligíveis, as ideias organizadoras de governo constitucional e representativo”<sup>6</sup>. Mas, fora do mundo árabe, diversos países com tradições políticas muçulmanas tiveram experiências significativas com a democracia. E mesmo que se omitisse a equação de Kedourie sobre as tradições políticas árabes e islâmicas, ainda seria preciso explicar por que as “ideias organizadoras” alheias da democracia moderna ganharam força em uma série de países da África e da Ásia nos quais não havia precedentes para elas, mas não o fizeram no mundo árabe. Se o problema, como postulado por Kedourie, é que os países árabes “estão habituados [...] à autocracia e à obediência passiva”, por que isso permaneceu como um obstáculo intransponível no mundo árabe, embora não tenha impedido a democratização em grandes áreas do resto do mundo que outrora também conheceram apenas a dominação autoritária?

Também é possível argumentar – e assim tem sido feito em relação ao Iraque e ao Líbano – que as divisões sectárias e étnicas são profundas demais para permitir a democracia nesses países. No entanto, o Iraque e o Líbano – com todas as suas divisões rebeldes e polarizadas – são, hoje, os dois países árabes mais próximos a uma completa democracia eleitoral, enquanto dois dos países mais homogêneos – o Egito e a Tunísia – são também dois dos mais autoritários. Na verdade, as diferenças étnicas ou religiosas dificilmente representam um obstáculo mais grave para a democracia no mundo árabe do que em países como Gana, Índia, Indonésia e África do Sul. Novamente, algo mais deve estar ocorrendo.

Talvez seja porque as populações árabes simplesmente não queiram ou não valorizem a democracia eleitoral da mesma forma que os

públicos de massa de outras regiões do mundo passaram a desejar e valorizar essa forma de autogoverno<sup>7</sup>. Mas, então, como entender as significativas parcelas de populações árabes – bem mais de 80% na Argélia, na Jordânia, no Kuwait, no Marrocos, na Autoridade Palestina e até mesmo no Iraque – que concordam que, “apesar de seus inconvenientes, a democracia é o melhor sistema de governo” e que “um sistema democrático seria bom para o nosso país”<sup>8</sup>? O apoio à democracia não é apenas bastante amplo no mundo árabe; ele também não varia de acordo com o nível de religiosidade. “Na verdade, os muçulmanos mais religiosos são tão propensos quanto aqueles menos religiosos a acreditar que a democracia, apesar de seus inconvenientes, é o melhor sistema político”<sup>9</sup>. Repare como os iraquianos votaram *três* vezes em 2005, em meio a riscos generalizados e terríveis para sua segurança física. Fica difícil concluir que os árabes não se preocupam com a democracia. Por outro lado, quando as eleições (como no Egito) oferecem pouca escolha significativa ou nas quais (como no Marrocos) são de pouca importância na determinação de quem realmente vai governar, não é de se estranhar que a maioria das pessoas se desiluda e opte por não votar.

Apesar dos dados agregados sobre o apoio árabe à democracia, existe uma história mais complexa. Em cinco países pesquisados entre 2003 e 2006 pelo Barômetro Árabe, 56% dos entrevistados concordaram que “os homens da religião devem ter influência sobre as decisões do governo”<sup>10</sup>. Um levantamento feito em 2003 e 2004 também apurou que metade ou mais de quatro populações árabes concordavam que o governo deveria implementar como lei nada mais do que a *shari’a* islâmica. Quando o apoio à democracia e o apoio a algum tipo de forma islâmica de governo são comparados entre si, o padrão geral é algo como: 40% a 45% de cada público apoia a democracia secular, enquanto aproximadamente a mesma proporção apoia uma forma islâmica da democracia; enquanto isso, de 5% a 10% do público apoia o autoritarismo secular e a mesma proporção apoia o autoritarismo islâmico<sup>11</sup>.

Aqui, é onde a religião e as atitudes revelam-se como fatores significativos. Com base nos dados atuais do Barômetro Árabe, não sabemos ainda – entre aqueles que optam pela “democracia” e pela influência islâmica sobre o governo – qual a proporção que interpreta a democracia não apenas como uma regra fundamental da maioria, mas também como algo que inclui os direitos de minorias – incluindo o direito da minoria de tentar se tornar a maioria na eleição seguinte. Os dados analisados por Amaney Jamal e Mark Tessler sugerem que as posições dos defensores da democracia secular variam pouco em relação às de seus compatriotas que apoiam a democracia islâmica quando se trata de valores democráticos, tais como abertura, tolerância e igualdade, com a diferença de que os democratas seculares parecem ligeiramente mais liberais quando se trata de tolerância racial e dos direitos das mulheres. Jamal e Tessler concluem que os árabes valorizam a democracia – mesmo que a preocupação deles com a estabilidade os leve a querer que ela seja implementada gradualmente – e que nem a política religiosa, nem a religiosidade pessoal representam um grande obstáculo à democracia.

Mas um problema ainda persiste. Entre os democratas seculares do mundo árabe estão intelectuais liberais da classe média, profissionais e empresários que têm pressionado pela democracia em outros lugares do mundo. Muitos desses democratas seculares (alguns dos quais também são membros de minorias religiosas ou étnicas) não estão examinando de modo minucioso, a partir dos dados do Barômetro Árabe, em que acreditam os seus concidadãos. Em vez disso, eles imaginam qual seria a alternativa política subsequente ao regime autoritário que desaprovam. Eles temem que essa alternativa não seja uma versão islâmica atenuada de uma democracia decididamente constitucional, mas sim um regime dominado pela Irmandade Muçulmana egípcia, pela jordaniana Frente de Ação Islâmica ou por alguma outra força política islamita radical e antidemocrática – uma hegemonia nova e mais ameaçadora. Além disso, eles temem que essa alternativa islâmica produza a fórmula “uma pessoa, um voto,

uma vez” antes de desvirtuar uma revolução eleitoral democrática, assim como o fez o aiatolá Khomeini com a Revolução Iraniana em 1979. Ou temem que um esforço de última hora para impedir uma situação como essa mergulhe o país no terrível cenário da Argélia de 1991, quando o exército tomou o controle para impedir que a Frente Islâmica de Salvação vencesse as eleições nacionais, desencadeando uma guerra civil de quase uma década de duração que custou provavelmente cerca de 150.000 vidas. Não é preciso justificar a escolha feita pelas elites políticas e militares da Argélia à época e nos anos brutais que se seguiram para reconhecer o obstáculo à democratização representado pelo medo de um islamismo radical como a alternativa à espera nos bastidores no caso de um colapso do regime. Nas últimas décadas, houve apenas um paralelo em outros lugares: o medo de uma virada eleitoral radical de esquerda ou “comunista”. Não é coincidência que – nesses países (na América Latina e na África do Sul), onde esse medo tomou conta de governantes autoritários e de alguns de seus adversários liberais – as elites tenham se mostrado dispostas a negociar transições para a democracia apenas quando a perspectiva de conquista do poder pela esquerda antidemocrática havia se dissipado como resultado de uma repressão brutal ou do fim da Guerra Fria.

### **Desenvolvimento Econômico e Estrutura Social**

Como Seymour Martin Lipset afirmou há cinquenta anos, quanto mais rico for um país, melhores serão suas perspectivas de ganhar e manter a democracia, e isso vale até hoje. Atualmente, no entanto, muitos países árabes estão em uma ótima situação. Se compararmos os níveis de renda per capita (de 2007, em paridade do poder de compra em dólares), o Kuwait é quase tão rico como a Noruega; o Bahrein está no mesmo nível da França; a Arábia Saudita, da Coreia; o Omã, de Portugal; e o Líbano, da Costa Rica. Apenas o Egito, a Jordânia, o Marrocos, a Síria e o Iêmen ficam na ponta inferior, mas ainda assim esses países não são mais pobres em termos per capita

do que a Índia ou a Indonésia, onde a democracia funciona, apesar da falta de uma prosperidade ampla.

É claro que os dados de renda per capita podem enganar. A distribuição de renda pode ser extremamente desigual – e o é no mundo árabe. Além disso, os países produtores de petróleo parecem ser muito mais desenvolvidos do que realmente são. A maioria deles é classificada muito abaixo na categoria “desenvolvimento humano” do que em renda per capita (a Arábia Saudita está 31 lugares abaixo e a Argélia, 19). Ainda assim, quando olhamos para os níveis de desenvolvimento humano (que levam em conta educação e saúde), os países produtores de petróleo mais ricos estão no mínimo nos mesmos níveis de Portugal e Hungria, enquanto a Arábia Saudita se equipara à Bulgária e ao Panamá. Em relação aos Estados árabes que não exportam ou exportam pouco petróleo, vemos que o Egito equipara-se à Indonésia, enquanto o Marrocos equipara-se à África do Sul. Em outras palavras, pode-se encontrar, em qualquer nível de desenvolvimento e por qualquer medida, diversas democracias que são tão desenvolvidas quanto as respectivas não-democracias árabes.

Se o problema não é o nível econômico, talvez seja a estrutura da economia. Dos 16 países árabes, 11 são Estados “rentistas” no sentido de dependerem fortemente da renda do petróleo e do gás (basicamente, ganhos espontâneos) para se sustentar. Esses 11 estados obtêm do petróleo e do gás mais de 70% (em alguns casos, mais de 90%) de suas receitas de exportação. A maioria tem tanto dinheiro que não precisa tributar seus próprios cidadãos. E isso é parte do problema – eles não conseguem desenvolver nem expectativas internas de prestação de contas, nem de responsividade e de responsabilização dos governantes (*accountability*) que surgem quando os Estados cobram impostos dos cidadãos. Como Samuel P. Huntington observou em *The Third Wave*:

As receitas do petróleo vão para o Estado: elas aumentam, portanto, o poder da burocracia estatal e, porque reduzem ou eliminam a

necessidade de tributação, também reduzem a necessidade de o governo solicitar a aquiescência de seus cidadãos à tributação. Quanto menor o nível de tributação, menos razão para o público exigir representação. “Nenhuma tributação sem representação” foi uma demanda política; “nenhuma representação sem tributação” é uma realidade política<sup>12</sup>.

É mais pujante a maldição do petróleo do que o fato de um Estado ser grande ou de seus cidadãos serem apáticos. Países produtores de petróleo não são apenas grandes – eles também são fortemente centralizados, uma vez que a riqueza do petróleo é revertida para o Estado central. Além disso, normalmente, eles são altamente policiados, pois há muito dinheiro para se esbanjar em um enorme e ativo aparelho de segurança estatal. Eles são profundamente corruptos, porque o dinheiro flui para os cofres estatais como renda, e é realmente um “dinheiro de ninguém” (certamente, o dinheiro de impostos de ninguém), e, portanto – no sentido de uma normativa deformada –, “livre” para o uso. Nesses sistemas, o Estado é grande, centralizado e repressivo. Ele pode apoiar qualquer número de burocracias inchadas, assim como programas de empregos *de facto* destinados a comprar a paz política com salários do governo. A sociedade civil é fraca e cooptada. E o que se passa à economia de mercado está muito distorcido. O verdadeiro empreendedorismo é pouco evidente, uma vez que a maioria das pessoas de “negócios” trabalha para o Estado ou para o setor petrolífero, ou alimenta-se de contratos com o governo ou representa empresas estrangeiras.

Onde o petróleo domina, é baixa a criação de riqueza por meio de investimentos e da tomada de risco; pois por que correr riscos quando há possibilidade de lucros estáveis sem nenhum risco? Há também as outras dimensões sombrias do “paradoxo da abundância”, como os ciclos de expansão e retração associados à dependência de commodities primárias, bem como a tendência mais geral de rendimentos inesperados advindos de minerais para atenuar ou suprimir o desenvolvimento da indústria e da agricultura (a chamada Do-

ença Holandesa). Essas consequências são evitáveis apenas quando economias de mercado fortes, assim como Estados e sistemas fiscais bem desenvolvidos e transparentes, existem *antes* de o petróleo gerar receitas abundantes (como ocorreu, por exemplo, na Noruega e na Grã-Bretanha)<sup>13</sup>.

Há, portanto, uma base econômica para a falta de democracia no mundo árabe. Mas ela é estrutural. Tem a ver com as formas como o petróleo distorce o Estado, o mercado, a estrutura de classes e toda a estrutura de incentivos. Principalmente em uma era de alta global nos preços do petróleo, os efeitos da maldição do petróleo são implacáveis: hoje, nenhum dos 23 países cuja maior parcela da receita de exportação advém do petróleo e do gás é uma democracia. E, para muitos países árabes, a maldição do petróleo não será eliminada tão cedo: o Oriente Médio Árabe compreende cinco dos nove países com as maiores reservas petrolíferas, sendo que – juntos – esses cinco países representam pouco mais de 46% das reservas mundiais confirmadas<sup>14</sup>.

### **Estatismo Autoritário**

Os dois pilares-chave do autoritarismo árabe são políticos. Eles abrangem tanto os padrões e instituições pelas quais os regimes autoritários administram suas políticas e mantêm o poder, quanto as forças externas que ajudam a sustentar seu domínio. Essas estruturas e práticas autoritárias não são exclusivas do mundo árabe, mas os governantes árabes as elevaram a um alto grau de refinamento e as utilizam com extraordinária habilidade. Embora o típico Estado árabe não seja eficiente no dia a dia, sua *mukhabarat* (polícia secreta e aparelho de inteligência) normalmente é amplamente financiada, tecnicamente sofisticada, altamente penetrante, legalmente ilimitada e esplendidamente preparada para se beneficiar de uma extensa cooperação com instituições-pares da região e com agências de inteligência ocidentais. Em termos mais gerais, “esses Estados são os líderes mundiais em termos de proporção do PNB gasto em segurança”<sup>15</sup>.

No entanto, a maioria das autocracias árabes não confia na coerção absoluta e no medo para sobreviver. Pelo contrário: a repressão é seletiva e fortemente misturada com (e, portanto, muitas vezes escondida por) mecanismos de representação, consulta e cooptação. Eleições pluralistas limitadas desempenham um papel importante em cerca de metade das 16 autocracias árabes. Como Daniel Brumberg escreveu nestas páginas sete anos atrás:

A autocracia liberalizada se mostrou muito mais durável do que se imaginava. A mistura típica de pluralismo orientado, eleições controladas e repressão seletiva no Egito, na Jordânia, no Marrocos, na Argélia e no Kuwait não é apenas uma “estratégia de sobrevivência” adotada pelos regimes autoritários, mas sim um *tipo* de sistema político cujas instituições, regras e lógica desafiam qualquer modelo linear de democratização.<sup>16</sup>

De fato, em tais sistemas, mesmo a liberalização não é linear, mas sim cíclica e adaptativa. Quando a pressão aumenta, tanto de dentro quanto de fora da sociedade, o regime afrouxa suas restrições e permite mais atividades cívicas e uma arena eleitoral mais aberta até que a oposição política comece a parecer muito séria e eficaz. Então, o regime recupera os métodos mais repressivos de manipulação de eleições, de diminuição do espaço político e de detenção dos suspeitos de sempre. A arena eleitoral nesses Estados é, portanto, algo semelhante a um enorme par de pulmões políticos, respirando (às vezes profundamente e com entusiasmo) e expandindo, e, em seguida, inevitavelmente expirando e se contraindo quando os limites são atingidos.

A trajetória política que o Egito seguiu em 2004 e 2005 foi um exemplo perfeito dessa dinâmica. O velho autocrata – o Presidente Hosni Mubarak – estava sofrendo crescente pressão interna de uma coalizão de oposição surpreendentemente ampla conhecida como Kifaya (que significa “basta” – a qual resumia sucintamente o humor do país), bem como do presidente dos EUA George W. Bush, que também estava pressionando por eleições presidenciais e legislativas mais abertas e competitivas. Relutantemente, Mubarak concordou

em permitir que, em 2005, fosse realizada uma controvertida eleição presidencial e, em seguida, eleições legislativas mais transparentes. Mas a “disputa” presidencial foi grosseiramente injusta e – três meses após a votação (que os números oficiais apontam ter sido vencida pelo detentor do poder, com 88,6%) – o adversário de Mubarak, Ayman Nour, foi condenado a cinco anos de prisão. Naquela ocasião, o regime também havia intervindo nas segunda e terceira rodadas das eleições parlamentares para minar a contagem independente dos votos, para neutralizar os monitores da sociedade civil e também para interromper o ritmo de vitórias da oposição por parte dos candidatos da Irmandade Muçulmana que concorriam como “independentes” *de jure*. Não muito tempo depois, o partido governante iniciou uma campanha de “reforma” constitucional para garantir que nenhum “acidente” político ocorresse no futuro, enquanto uma oposição desmoralizada e dividida – enfraquecida por prisões e intimidações – assistia impotente o que se passava, com pouco apoio concreto do governo Bush. A manobra institucional foi parte de um padrão geral árabe de “reforma gerenciada”, no qual autocracias árabes ou adotam a linguagem da reforma política a fim de evitar a realidade ou promovem reformas econômicas e sociais limitadas na busca pela modernização sem democratização<sup>17</sup>.

Na medida em que são permitidas a competição política e o pluralismo nesses regimes árabes (que incluem a Argélia, a Jordânia, o Kuwait e o Marrocos, bem como o Egito), os oponentes do regime se veem em desvantagem e com seu poder enfraquecido graças a regras e parâmetros cuidadosamente desenvolvidos para deixá-los em tal situação. Práticas eleitorais (como o uso do Voto Único Intransferível, ou VUI, na Jordânia) são escolhidas e enviesadas de modo a privilegiar relações pessoais e candidatos tribais em detrimento dos partidos políticos organizados, especialmente os islâmicos<sup>18</sup>. Parlamentos que resultam dessas eleições limitadas não têm poder real de legislar ou governar, já que a autoridade mais ou menos ilimitada continua nas mãos de reis hereditários e presidentes imperiais.

No entanto, os partidos de oposição pagam um alto preço se boicotam essas semifarsas ou se participam delas. Se os opositores participam das eleições e do parlamento, eles correm o risco de serem cooptados ou, pelo menos, de serem vistos de tal maneira por um eleitorado cínico e descrente. Todavia, se boicotam o “jogo interno” da política eleitoral e parlamentar, o “jogo externo” de protesto e resistência oferece pouca perspectiva realista de influência, muito menos de poder. Presas nas encruzilhadas desses dilemas, as oposições políticas no mundo árabe se dividem, se tornam suspeitas e despedaçadas por dentro. Elas estão em uma situação difícil tanto se boicotam, quanto se não o fazem. Até mesmo os islâmicos em países como Egito, Kuwait e Marrocos estão fragmentados em diferentes campos, ao longo de linhas moderadas e militantes (e também de outras linhas táticas e de facções). Partidos islâmicos que estão decididamente fora do sistema, enquanto constroem redes de bem-estar social e laços religiosos e ideológicos junto a setores sociais, reúnem uma base de apoio popular de longo prazo. Em contraste, os partidos seculares parecem marginais, hesitantes e sem vigor. “Presos entre regimes que garantem um espaço legal estreito [...] e movimentos islâmicos populares que estão claramente em ascendência [...] eles estão lutando por influência e relevância, e, em alguns casos, até mesmo pela sobrevivência.”<sup>19</sup>.

### **As Tensões da Geopolítica**

A situação geopolítica desfavorável que confronta a democracia árabe se estende bem além do notável fator do petróleo, embora esse seja um dos principais motivos de interesse das grandes potências na região. O apoio externo aos regimes árabes, que historicamente vinha em parte da União Soviética e que agora vem principalmente da Europa e dos Estados Unidos, confere às autocracias árabes recursos econômicos fundamentais, assistência em matérias de segurança, e legitimidade política. Nessas circunstâncias, para regimes não-petrolíferos – como o Egito, a Jordânia e o Marrocos – a ajuda externa é

como o petróleo: outra fonte de renda que os regimes utilizam para a sobrevivência. Como o petróleo, as ajudas externas vão para os cofres centrais do Estado e dão-lhe meios *tanto* para cooptar *quanto* para reprimir. Desde 1975, a ajuda para “desenvolvimento” dos EUA para o Egito somou mais de US\$28 bilhões, excluindo-se os quase US\$50 bilhões que chegaram ao país em ajuda militar incondicional desde os Acordos de Paz de Camp David, de 1978<sup>20</sup>. Menos conhecida é a enorme ajuda financeira e militar dos EUA ao Estado muito menos populoso da Jordânia, que tem recebido uma média de US\$650 milhões por ano desde 2001. “A ajuda ocidental torna possível a estratégia-chave do regime político de gastar enormes quantias em cargos públicos sem a imposição de impostos altos. De 2001 a 2006, a assistência estrangeira que a Jordânia arrecadou representou 27% da receita doméstica total”<sup>21</sup>.

Dois outros fatores externos reforçam ainda mais a hegemonia interna das autocracias árabes. Um deles é o conflito árabe-israelense, que paira como um miasma tóxico sobre a vida política do Oriente Médio. Ela fornece um meio fácil e conveniente de desviar a frustração pública da corrupção e dos abusos de direitos humanos dos regimes árabes, fazendo com que cidadãos enraivecidos se concentrem no que as mídias árabes privada e estatal emotivamente retratam como opressão israelense contra os palestinos – e, por extensão simbólica, contra todo o povo árabe. Protestos contra as falhas dos regimes árabes – a má qualidade da educação e dos serviços sociais, a falta de empregos, de transparência, de acolhimento de demandas populares por parte dos governantes e de liberdade – são proibidos, mas as populações árabes podem descarregar sua raiva na imprensa e nas ruas em um meio seguro: a condenação de Israel.

O segundo fator externo são os outros Estados árabes, que reforçam um ao outro em seu autoritarismo e em suas técnicas de controle, manipulação e repressão, e que ao longo das décadas transformaram a Liga Árabe de 22 membros em um clube de autocratas sem remorso. De todas as grandes organizações regionais, a

Liga Árabe é a mais desprovida de normas democráticas e meios de promovê-las ou incentivá-las. Na verdade, a sua Carta, que não foi alterada em meio século, não faz qualquer menção à democracia ou a direitos individuais. Além de tudo isso, existe a falta de um único exemplo claro de democracia árabe, o que significa que não há nenhuma fonte de difusão ou de rivalidade democrática em qualquer lugar no mundo árabe. Mesmo em uma era globalizada, isso é importante: ao longo da terceira onda de democratização, os efeitos de demonstração foram “mais fortes entre os países que eram geograficamente próximos e culturalmente semelhantes”<sup>22</sup>.

### **Será que Alguma Coisa Vai Mudar?**

Estaria o mundo árabe simplesmente condenado a um futuro indefinido de governo autoritário? Eu acredito que não. Mesmo vestígios de mudança na política externa dos EUA de 2003 a 2005 foram suficientes para encorajar a abertura política e pelo menos deram espaço para a mobilização democrática popular em países como Egito, Líbano e Marrocos, bem como para a Autoridade Palestina. Embora tenha sido parcial ou totalmente fechada a maioria dessas aberturas, pelo menos as oposições e as sociedades civis árabes puderam vislumbrar como pode ser a política em um regime democrático. Pesquisas de opinião sugerem que eles obviamente querem mais, e novas ferramentas de mídia social, como o Facebook, o Twitter, a *blogosfera*, e a revolução da telefonia móvel estão dando aos árabes novas oportunidades de expressão e de mobilização.

Três fatores poderiam encorajar uma mudança democrática na região. Um deles seria o surgimento de ao menos um sistema político democrático na região, especialmente em um país que possa ser visto como modelo. Para o Líbano, seria difícil desempenhar esse papel, dadas as suas facções extremamente complicadas e sua fragmentação consociacional de poder, bem como o forte envolvimento contínuo da Síria em sua política. Mas, se o Iraque progredisse politicamente – elegendo, em primeiro lugar e de modo

democrático, um novo governo neste ano (2010) e, em seguida, este novo governo funcionasse decente e pacificamente enquanto as forças americanas se retirassem –, isso poderia mudar a percepção na região de forma gradual. O Egito também continua atento, com o sol lentamente se pondo nas três décadas de domínio pessoal de Hosni Mubarak, que hoje tem 81 anos. Quer seu filho Gamal – de 46 anos de idade – seja, ou não, o seu sucessor, o regime vai passar por novas tensões e necessidades de adaptação quando este faraó moderno sair de cena.

O segundo fator seria uma mudança na política dos EUA para retomar tanto um engajamento baseado em princípios, quanto uma assistência prática mais ampla com vistas a promover e pressionar por reformas democráticas não apenas na esfera eleitoral, mas também no que diz respeito ao reforço da independência judicial, da transparência governamental, da liberdade de imprensa e da sociedade civil. Se se buscasse isso de forma mais moderada e se isso fosse reforçado por uma pressão europeia, poder-se-ia ajudar a rejuvenescer e proteger forças políticas internas que agora estão desanimadas e em desordem. Porém, para seguir esse caminho, os Estados Unidos e seus aliados europeus teriam de superar sua visão indiferenciada dos partidos islâmicos e engajar os atores islâmicos dispostos a se comprometer mais claramente com normas liberais-democráticas.

O principal agente de mudança seria uma queda prolongada e acentuada nos preços mundiais do petróleo (digamos, para a metade dos níveis atuais). Mesmo o menor reinado do Golfo do petróleo continuaria rico a qualquer preço concebível do barril. Países grandes – como a Arábia Saudita (população de 29 milhões) –, no entanto, achariam necessário abordar a questão de uma nova barganha política com as populações crescentes (e muito jovens). A Argélia e o Irã enfrentariam pressão ainda maior, e embora o Irã não seja um estado árabe, ele tem uma minoria árabe, mas isso não deve ser subestimado, pois – além de ser um grande país do Oriente Médio – o Irã é o único exemplo da região de um regime inteiramente islâmico. Por

isso, mudanças no país apresentariam um impacto positivo nas perspectivas democráticas da região. Quando se olha para o que aconteceu com a democracia na Nigéria, na Rússia e na Venezuela após o forte aumento no preço do petróleo nos últimos anos, a ideia de que é politicamente imperativo reduzi-lo torna-se ainda mais atraente. Antes que seja tarde, no entanto, uma aceleração da mudança climática deverá conduzir a uma resposta muito mais radical para este desafio. Quando a revolução global da tecnologia relacionada à energia atingir sua força plena – quebrando, finalmente, o cartel do petróleo –, a excepcionalidade da política árabe terá um fim definitivo.

## NOTAS

Sou grato por todos os valiosos comentários que recebi quando foram apresentadas versões desse artigo em 2009 na Universidade de Stanford, na Universidade de Indiana e no Instituto Ash para Governança Democrática e Inovação da Universidade de Harvard.

1. Por “Oriente Médio”, designo os 19 Estados do Oriente Médio e a África do Norte. Quando me refiro ao mundo árabe, incluo os 16 Estados árabes dessa região: Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.

2. A Liga Árabe possui 22 membros, embora um deles (a Palestina) ainda não seja um Estado. Dos outros 21, é mais fácil analisar cinco no contexto da África subsaariana: Comores, Djibuti, Mauritânia, Somália e Sudão. Desses, Comores é, atualmente, a única democracia. A Mauritânia foi uma democracia por um breve período há não muito tempo e o Sudão passou por duas tentativas frustradas de democratização.

3. Alfred Stepan e Graeme B. Robertson, “An ‘Arab’ More Than a ‘Muslim’ Democracy Gap,” *Journal of Democracy* 14 (Julho de 2003): 30–44.

4. Os oito democracias são a Albânia, Bangladesh, Comores, Indonésia, Mali, Senegal, Serra Leoa e Turquia.

5. Dos 47 países que Stepan e Robertson listam como de maioria muçulmana, eu excluo da minha análise apenas a Nigéria, onde ninguém sabe realmente o que a população geral é ou o qual é o equilíbrio entre os grupos religiosos. Também incluí dois países (Brunei e Maldivas), dos quais eles não têm dados.

6. Elie Kedourie, *Democracy and Arab Culture* (Washington, D.C.: Instituto de Washington para Política do Oriente Próximo, 1992), 5–6.

7. Nós documentamos esses altos níveis de apoio em diversos artigos do *Journal of Democracy* na última década, alguns dos quais foram recentemente reunidos na obra de Larry Diamond e Marc F. Plattner, *How People View Democracy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008).

8. Mark Tessler e Eleanor Gao, “Gauging Arab Support for Democracy,” *Journal of Democracy* 16 (Julho de 2005): 82–97, e Amaney Jamal e Mark Tessler, “The Democracy Barometers: Attitudes in the Arab World,” *Journal of Democracy* 19 (Janeiro de 2008): 97–110.

9. Jamal e Tessler, “Attitudes in the Arab World,” 101.

10. Jamal e Tessler, “Attitudes in the Arab World,” 102.

11. Consulte, por exemplo, a tabela em Tessler e Gao, “Gauging Arab Support for Democracy,” 91.

12. Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (Norman: University of Oklahoma Press, 1991), 65.

13. Terry Lynn Karl, *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States* (Berkeley: University of California Press, 1997), 5–6, 15–17, 213–21, e 236–42.

14. Os países árabes com maiores reservas de petróleo são a Arábia Saudita, o Iraque, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos, a Líbia e a Argélia, nesta ordem. A Arábia Saudita possui o maior número mundial de reservas confirmadas de petróleo, que totalizam cerca de 267 bilhões de barris, ou quase 20% do total mundial. O Irã fica em terceiro lugar no mundo, com aproximadamente 140 bilhões de barris de reservas confirmadas.

15. Eva Bellin, “Coercive Institutions and Coercive Leaders,” em Marsha Pripstein Posusney e Michele Penner Angrist, eds., *Authoritarianism in the Middle East: Regimes and Resistance* (Boulder, Colo.: Lynne Rienner, 2005), 31. Os países do Oriente Médio gastaram em média 6,7% do PNB em defesa em 2000, comparado à média global de 3,8%. Bellin enxerga os regimes árabes no Oriente Médio como extraordinariamente “robustos” no sentido de serem “excepcionalmente capazes de e abertos a reprimir iniciativas de reformas das bases” (p. 27). Mas isso vale também para muitos regimes autoritários. As autocracias árabes também têm se mostrado mais flexíveis e hábeis do que outras.

16. Daniel Brumberg, “Democratization in the Arab World? The Trap of Liberalized Autocracy,” *Journal of Democracy* 13 (Outubro de 2002): 56.

17. Michele Dunne e Marina Ottaway, “Incumbent Regimes and the ‘King’s Dilemma’ in the Arab World: Promise and Threat of Managed Reform,” em Marina Ottaway e Amr Hamzawy, eds., *Getting to Pluralism: Political Actors in the Arab World* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2009): 13–40.

18. Julia Choucair, “Illusive Reform: Jordan’s Stubborn Stability,” Carnegie Papers No. 76, Democracy and Rule of Law Project, Carnegie Endowment for International Peace, Dezembro de 2006, 7. Disponível em [www.carnegieendowment.org/files/cp76\\_chou-cair\\_final.pdf](http://www.carnegieendowment.org/files/cp76_chou-cair_final.pdf).

19. Marina Ottaway e Amr Hamzawy, "Fighting on Two Fronts: Secular Parties in the Arab World," em Ottaway e Hamzawy, *Getting to Pluralism*, 41.

20. Consulte [www.usaid.gov/our\\_work/features/egypt](http://www.usaid.gov/our_work/features/egypt) e [www.fas.org/asmp/profiles/egypt.htm](http://www.fas.org/asmp/profiles/egypt.htm). Essa fonte relata ajuda militar de US\$38 bilhões até 2000, mas a cada ano adicional aportou US\$1 bilhão a mais.

21. Sean Yom, "Jordan: Ten More Years of Autocracy," *Journal of Democracy* 20 (Outubro de 2009): 163.

22. Huntington, *Third Wave*, 102.



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

[PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder\\_politico\\_e\\_meios.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf)

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos\\_abusos\\_e](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

[desafios\\_da\\_sociedade\\_civil\\_na\\_America\\_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>